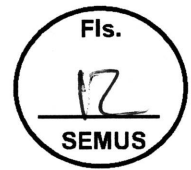




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



CONTRATO

CONTRATO Nº 043/2026
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº 040/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02.04.00.0446/2025



OBJETO CONTRATUAL

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios novos e originais e lanternagem em veículos, caminhões, ônibus e máquinas, para atender às demandas da Prefeitura Municipal Imperatriz -MA e suas Secretarias, por meio de cartão eletrônico ou de sistemas similares ou superiores.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 1.780.835,43 (um milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)



VIGÊNCIA CONTRATUAL

INICIAL: 03/03/2026

FINAL: 31/12/2026



DADOS DO CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 00.939.023/0001-66.

Av. Dorgival Pinheiro de Sousa, nº 47, Centro, Imperatriz – Maranhão.

Flamarion de Oliveira Amaral, CPF nº: 576.456.803-00.



DADOS DO CONTRATADO

BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 04.627.085/0001-93

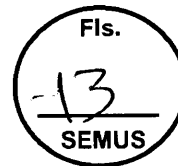
Rua Israel Pinheiro, 2.200 - 1º Andar, Centro, Governador Valadares/MG

licitacoes@bigcard.com.br, (33) 2101 1045

Jullyana Silva Alves, CPF nº 027.727.096-04



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO

Michele Ramissa Pereira de Amorim, Matrícula nº: 853592 (gestor)

Wilson Leão Gomes, Matrícula nº: 855018

Leonel de Araújo Silva, Matrícula nº: 854710

PREÂMBULO

Aos 03 (três) de março de 2026, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ/MF nº 00.939.023/0001-66, localizado na Av. Dorgival Pinheiro de Sousa, nº 47, Centro, Imperatriz - Maranhão, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **FLAMARION DE OLIVEIRA AMARAL**, nomeado pela Portaria nº 021, de 06 de janeiro de 2025, publicada no DOU de 06 de janeiro de 2025, portador da Matrícula nº 85.315-9, brasileiro, casado, portador do RG nº. 1457517 SSP/MA e do CPF/MF nº. 576.456.803-00, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**; e, do outro lado, **BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: **04.627.085/0001-93**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios novos e originais e lanternagem em veículos, caminhões, ônibus e máquinas, para atender às demandas da Prefeitura Municipal Imperatriz -MA e suas Secretarias, por meio de cartão eletrônico ou de sistemas similares ou superiores de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 1.780.835,43 (um milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

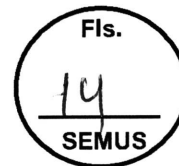
Item	Descrição	Taxa Administrativa	Quant.	Percentual de Desconto %
Lote 1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios novos e originais e lanternagem em veículos, caminhões, ônibus e máquinas.	Unidade	01	16%

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Identificação	Valor Total
74	RENAULT /MASTER	ROQ-1C75	R\$ 57.577,23
75	MERCEDES/BENZ SPRINTER	SMR-5F14	R\$ 66.660,80



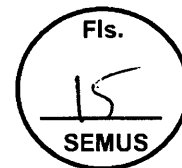
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



76	MERCEDES/BENZ SPRINTER	SMR-5F33	R\$	66.660,80
77	FORD	ROS-2J35	R\$	45.429,04
78	RENAULT /MASTER	ROP-9F94	R\$	57.577,23
79	RENAULT /MASTER	SMY-9H01	R\$	61.461,30
80	RENAULT /MASTER	SMY-9H13	R\$	61.461,30
81	RENAULT /MASTER	SMY-9H16	R\$	61.461,30
82	RENAULT /MASTER	SMY-9H23	R\$	61.461,30
83	RENAULT /MASTER	SMY-9H29	R\$	61.461,30
84	RENAULT /MASTER	SMZ-0E65	R\$	61.461,30
85	YAMAHA/MOTOLÂNCIA	OIW-4900	R\$	2.935,29
86	HONDA/ NXR150 BROS ESD	OIR-3967	R\$	3.139,16
87	YAMAHA/ YBR 125E	HOO-2445	R\$	1.619,85
88	DAFRA/ RIVA 150	OJK-7296	R\$	1.454,54
89	DAFRA/ RIVA 150	OJL-2241	R\$	1.454,54
90	DAFRA/ RIVA 150	OJK-7326	R\$	1.454,54
91	DAFRA/ RIVA 150	OJK-7306	R\$	1.454,54
92	DAFRA/ RIVA 150	OJL-1953	R\$	1.454,54
93	DAFRA/ RIVA 150	OJL-2235	R\$	1.454,54
94	DAFRA/ RIVA 150	OJI-5658	R\$	1.454,54
95	DAFRA/ RIVA 150	OJH-8306	R\$	1.454,54
96	DAFRA/ RIVA 150	OJI-1321	R\$	1.454,54
97	DAFRA/ RIVA 150	OJI-1443	R\$	1.454,54
98	DAFRA/ RIVA 150	OJH-7554	R\$	1.454,54
99	YAMAHA/ YBR 125E	HPL-6956	R\$	1.619,85
100	RENAULT/MASTER	ROQ-3I12	R\$	57.577,21
101	FIAT/STRADA TCA AMBULANCIA	PTO7227	R\$	14.703,19
102	FIAT/STRADA TCA AMBULANCIA	PTO5585	R\$	14.703,19
103	FIAT/ DOBLO ANCAR AMB	PMV-9316	R\$	12.108,85
104	FIAT/ UNO MILLE WAY ECON	OIZ-4592	R\$	7.885,83
105	FIAT/ UNO MILLE WAY ECON	OIZ-0606	R\$	7.885,83
106	FIAT/STRADA FIRE FLEX	NHS-7339	R\$	7.648,70
107	FIAT/STRADA WORKING	PIO-2632	R\$	12.168,32
108	FIAT/STRADA WORKING	PIO-2652	R\$	12.168,32
109	I / NISSAN MARCH 10S FLEX	OXS-1687	R\$	8.863,34
110	CHEVROLET/S-10	PST-0747	R\$	27.952,59
111	MMC/L200 TRITON 3.2 D	OIY-1181	R\$	25.503,91
112	FORD/ F4000	HPJ-3662	R\$	26.496,54
113	VW/ KOMBI	NMQ-7748	R\$	9.730,72
114	FIAT/ STRADA FIRE FLEX	NHS-7299	R\$	7.461,97
115	FIAT/ STRADA FIRE	HPM-4585	R\$	8.743,89
116	FIAT/ UNO MILLE FIRE	NND-6115	R\$	6.695,13
117	FIAT/ UNO MILLE FIRE	HPW-9690	R\$	3.422,16
118	FIAT / UNO MILLE FIRE FLEX	NHS-8370	R\$	5.734,76
119	FIAT/ UNO MILLE FIRE FLEX	NHA-5027	R\$	4.872,42
120	FIAT/ DUCATO MINIBUS	OXU-3578	R\$	27.778,71
121	CHEVROLET/CELTA	NXK-0976	R\$	5.745,34
122	CHEVROLET/CELTA	NXK-0856	R\$	5.745,34
123	CHEVROLET/CELTA	NXF-5367	R\$	5.745,34
124	FIAT/STRADA TREK CC 1.6	OJD-2266	R\$	10.251,61



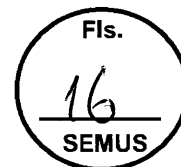
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



125	FIAT/ UNO MILLE ECON	NXI-5640	R\$	7.512,87
126	FIAT/ UNO MILLE ECON	NND-4324	R\$	1.510,48
127	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	NHS-7818	R\$	5.734,76
128	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	NHS-6731	R\$	5.734,76
129	YAMAHA/ YBR 125E	HPI-6590	R\$	1.209,85
130	YAMAHA/ YBR 125E	HPQ-0067	R\$	1.209,85
131	YAMAHA/ YBR 125E	HPO-2784	R\$	1.060,92
132	YAMAHA/ YBR 125E	HPO-3329	R\$	1.060,92
133	FORD/ FIESTA FLEX	OJL-5037	R\$	7.755,80
134	FIAT/ UNO VIVACE 1.0	OXV-2068	R\$	8.019,39
135	FIAT/ DUCATO MINIBUS	OJN-0519	R\$	25.335,07
136	FIAT/ DUCATO MINIBUS	NHS-6954	R\$	15.349,32
137	MARCOPOLO/VOLARE V5HD MO	OIR-6223	R\$	18.010,94
138	I / NISSAN MARCH 10S FLEX	OXU-7352	R\$	35.219,78
139	I / NISSAN MARCH 10S FLEX	OXQ-1489	R\$	9.373,39
140	FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX	HPW-8792	R\$	3.422,16
141	I / NISSAN MARCH 10S FLEX	OXQ-3487	R\$	8.863,34
142	VW/ SAVEIRO	HPL-6206	R\$	7.540,09
143	VW/ GS S10	HPS-4517	R\$	10.442,12
144	VW/ GS S10	HPS-0296	R\$	15.228,10
145	VW/ GS S10	HPO-0705	R\$	13.280,40
146	I/ RENAULT KANGOO AUT1616	NND-1669	R\$	6.704,20
147	FIAT/ DUCATO AMBU	OJM-4156	R\$	2.655,07
148	FORD/ RANGER AMBU	OJM-9131	R\$	20.314,72
149	FIAT/ DUCATO AMBU	OJO-2363	R\$	25.335,10
150	FIAT/ DUCATO AMBU	OJO-2705	R\$	25.335,10
151	FIAT/ DUCATO AMBU	OJM-8138	R\$	25.335,10
152	RENAULT / MASTER RAYTEC AMB	PTR4358	R\$	40.435,41
153	RENAULT / MASTER RAYTEC AMB	PTR3976	R\$	40.435,41
154	MERCEDES BENS SPRINTER	NHL-9321	R\$	17.287,45
155	RENAULT/ MASTER RONTANABUM	OJD-6455	R\$	25.229,75
156	RENAULT/ MASTER RONTANABUM	NNA-0791	R\$	20.501,46
157	I / RENAULT KAGOO RONTANAMB	OXX-0804	R\$	10.540,40
158	SHINERAY	OXU-2221	R\$	3.156,80
159	KOMBI	JKH-9391	R\$	6.516,99
160	KOMBI	JKH-7463	R\$	7.264,65
161	PARATI	HPL-6192	R\$	3.562,80
162	KOMBI	HPS-5331	R\$	6.379,38
163	FORD/BELINA	HPO-3046	R\$	2.918,16
164	MERCEDES/BENZ SPRINTER	PTJ-5507	R\$	39.181,96
165	MERCEDES/BENZ SPRINTER	PTB-1604	R\$	41.793,95
166	MERCEDES/BENZ SPRINTER	PTB-5920	R\$	41.793,95
167	MERCEDES/BENZ SPRINTER	PTB-9312	R\$	41.793,95
168	FIAT/ DUCATO MINIBUS	JFO-3008	R\$	14.681,80
169	FIAT/ DUCATO MINIBUS	JFO-3028	R\$	14.681,80
170	FIAT/ DUCATO MINIBUS	JFO-3038	R\$	14.681,80
171	FIAT/ DUCATO MINIBUS	JFO-3048	R\$	14.681,80
172	FIAT/ DUCATO MINIBUS	PTI-8958	R\$	39.181,96
VALOR TOTAL			R\$	1.780.835,43



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS**



2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 03/03/2026 e encerramento em 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

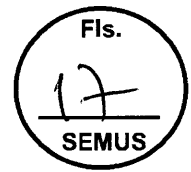
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

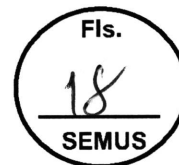
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

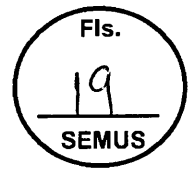
CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
02.19.00.10.122.0083.2606	Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ.do Planejamento e Projetos Especiais Gestão Sus
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 1321	
R\$ 102.510,02	
02.19.00.10.301.0086.2263	Projeto/Atividade: Manutenção da Atenção Primária – Capitação Ponderada
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 1368	
R\$ 30.916,11	
02.19.00.10.305.0094.2514	Projeto/Atividade: Centro de Controle de Zoonoses
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 1427	
R\$ 56.044,28	
02.19.00.10.302.0090.2282	Projeto/Atividade: Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 1918	
R\$ 1.178.939,41	
02.19.00.10.305.0094.2603	Projeto/Atividade: Manutenção da Vigilância Epidemiológica em Saúde
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 2151	
R\$ 181.061,67	
02.19.00.10.302.0127.2274	Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. e Projetos do HMI e HMII
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Despesa: 1967	
R\$ 179.963,26	
02.19.00.10.302.0127.2605	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. dos Serv. Especializados em Saúde – Média e Alta Complexidade

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 2039

R\$ 7.885,83

02.19.00.10.302.0127.2271

Projeto/Atividade: Manutenção do Centro de Referência do Trabalhador - CEREST

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1955

R\$ 43.514,85

Fonte:1600

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.12– A contratante se responsabiliza integralmente pelo pagamento de quaisquer multas de trânsito e infrações legais eventualmente cometidas durante o uso dos veículos locados,

Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, nº 47 – Centro – CEP 65903-270 - Imperatriz (MA)

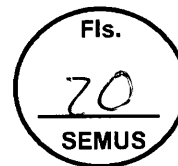
Site: www.imperatriz.ma.gov.br
e-mail: semusplaneja@gmail.com

JULLYANA
SILVA
ALVES:027727
09604
Assinado de forma digital por JULLYANA SILVA
ALVES:02772709604
Dados: 2026.03.03 10:02:10 -03'00'

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
SAÚDE**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



quando conduzidos por servidores públicos ou agentes autorizados pela Administração, cabendo a esta adotar os procedimentos administrativos internos para apuração de responsabilidade e eventual ressarcimento por parte do condutor infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

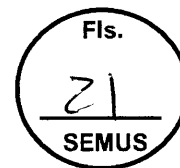
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.23 – A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, cópia da apólice de seguro vigente de todos os veículos locados, contemplando cobertura total (inclusive contra terceiros) e cláusula expressa de inexistência de franquia, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

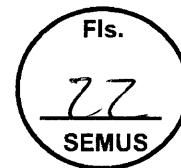
11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

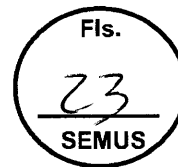
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

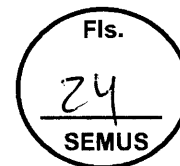
12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS



caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

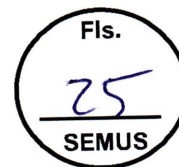
14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SUS**



formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz – MA, 03 de março de 2026.

ASSINATURAS


FLAMARION DE OLIVEIRA AMARAL
Secretário Municipal de Saúde - SEMUS

CONTRATANTE
JULLYANA SILVA Assinado de forma digital por
JULLYANA SILVA
ALVES:02772709 ALVES:02772709604
604 Dados: 2026.03.03 09:58:18
-03'00'

BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA
Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.  CPF: 017681793-01

2. Patrícia Milla Costa Araújo CPF: 763.111.712-87

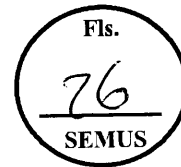
**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
SAÚDE**

Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, nº 47 – Centro – CEP 65903-270 - Imperatriz (MA)

Site: www.imperatriz.ma.gov.br
e-mail: semusplaneja@gmail.com



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ORDEM DE SERVIÇO

Imperatriz/MA, 03 de março de 2026.

À
BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA,
CNPJ nº 04.627.085/0001-93

Prezado (a) Senhor (a),

Comunicamos a V.S.^a que está autorizado a prestar os serviços¹ de gerenciamento de frota, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios novos e originais e lanternagem em veículos, caminhões, ônibus e máquinas, para atender às demandas da Prefeitura Municipal Imperatriz -MA e suas Secretarias, por meio de cartão eletrônico ou de sistemas similares ou superiores. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025 - SEAMO**, com motivação no processo administrativo nº **02.04.00.0446/2025 - SEAMO**, nos termos do Contrato nº **043/2026 - SEMUS**, no valor global de **R\$ 1.780.835,43 (um milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)**.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.19.00.10.122.0083.2606

Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ.do Planejamento e Projetos Especiais Gestão Sus

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1321

R\$ 102.510,02

02.19.00.10.301.0086.2263

Projeto/Atividade: Manutenção da Atenção Primária – Capitação Ponderada

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1368

R\$ 30.916,11

02.19.00.10.305.0094.2514

Projeto/Atividade: Centro de Controle de Zoonoses

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1427

R\$ 56.044,28

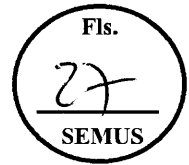
02.19.00.10.302.0090.2282

Projeto/Atividade: Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

¹ Este documento possui caráter exclusivamente informativo e não constitui autorização para fornecimento ou execução de serviços, os quais somente poderão ocorrer após solicitação formal específica, regularmente autorizada pela autoridade competente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa: 1918 R\$ 1.178.939,41
02.19.00.10.305.0094.2603 Projeto/Atividade: Manutenção da Vigilância Epidemiológica em Saúde 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa: 2151 R\$ 181.061,67
02.19.00.10.302.0127.2274 Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. e Projetos do HMI e HMII 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa: 1967 R\$ 179.963,26
02.19.00.10.302.0127.2605 Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. dos Serv. Especializados em Saúde – Média e Alta Complexidade 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa: 2039 R\$ 7.885,83
02.19.00.10.302.0127.2271 Projeto/Atividade: Manutenção do Centro de Referência do Trabalhador - CEREST 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Despesa: 1955 R\$ 43.514,85
Fonte:1600

Ciente em: ____/____/____.

JULLYANA SILVA
ALVES:02772709604

Assinado de forma digital por
JULLYANA SILVA
ALVES:02772709604
Dados: 2026.03.03 17:48:12 -03'00'

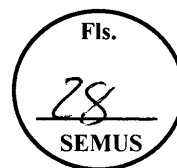
BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA
Representante Legal

Flamaron de Oliveira Amaral
Secretário de Saúde de Imperatriz
Matrícula: 85.315-9

FLAMARION DE OLIVEIRA AMARAL
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / SUS



ORDEM DE EMPENHO

Imperatriz - MA, 03 de março de 2026.

À
CONTABILIDADE
NESTA

Prezado (a) Senhor (a),

Comunicamos a V.S.^a que está autorizado a proceder com o empenho atinente ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de frota, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios novos e originais e lanternagem em veículos, caminhões, ônibus e máquinas, para atender às demandas da Prefeitura Municipal Imperatriz -MA e suas Secretarias, por meio de cartão eletrônico ou de sistemas similares ou superiores, celebrado com a empresa **BIGCARD ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.627.085/0001-93, com motivação no processo administrativo n.º **02.04.00.0446/2025 - SEAMO**, nos termos do Contrato n.º **043/2026 -SEMUS**, no valor global de **R\$ 1.780.835,43 (um milhão, setecentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos)**.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.19.00.10.122.0083.2606

Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ.do Planejamento e Projetos Especiais
Gestão Sus

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1321

R\$ 102.510,02

02.19.00.10.301.0086.2263

Projeto/Atividade: Manutenção da Atenção Primária – Capitação Ponderada

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1368

R\$ 30.916,11

02.19.00.10.305.0094.2514

Projeto/Atividade: Centro de Controle de Zoonoses

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1427

R\$ 56.044,28

02.19.00.10.302.0090.2282

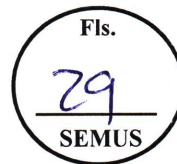
Projeto/Atividade: Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -
SAMU

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1918



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / SUS



R\$ 1.178.939,41

02.19.00.10.305.0094.2603

Projeto/Atividade: Manutenção da Vigilância Epidemiológica em Saúde

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 2151

R\$ 181.061,67

02.19.00.10.302.0127.2274

Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. e Projetos do HMI e HMII

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1967

R\$ 179.963,26

02.19.00.10.302.0127.2605

Projeto/Atividade: Manutenção das Ativ. dos Serv. Especializados em Saúde –
Média e Alta Complexidade

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 2039

R\$ 7.885,83

02.19.00.10.302.0127.2271

Projeto/Atividade: Manutenção do Centro de Referência do Trabalhador - CEREST

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesa: 1955

R\$ 43.514,85

Fonte:1600

Imperatriz - MA, 03 de março de 2026.

Flamarion de Oliveira Amaral,
Secretário de Saúde de Imperatriz
Matrícula: 85.315-9

FLAMARION DE OLIVEIRA AMARAL
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE